

Gênero textual – Resumo (parte II)

Osilene Cruz

No texto Gênero textual (parte I), estudamos sobre o gênero textual e suas características. Vimos algumas estratégias para a elaboração desse gênero textual. Agora, vamos rever as dicas para produzir um texto bem legal.

1. Faça leitura atenciosa do texto para compreender o assunto geral. Se você for elaborar o resumo a partir de um texto sinalizado ou filmado, assista atentamente ao vídeo;
2. Leia o texto por parágrafos, sublinhando as palavras-chave ou ideias mais importantes. Se o texto for em Libras, use estratégias para memorizar ou anote o que você considerar principal;
3. Escreva o resumo de cada parágrafo, baseando-se ideias destacadas anteriormente;
4. Leia seu texto à medida que for escrevendo para verificar se as ideias estão claras e em sequência;
5. Faça um resumo geral das ideias principais que você escreveu sobre cada parágrafo e verifique se está faltando ou sobrando alguma informação;
6. Finalmente, faça a revisão do texto para confirmar se as informações estão de acordo com a ideia do autor. **Lembre-se: no resumo não pode haver comentários e avaliações pessoais.** O gênero que traz avaliação no resumo chama-se **Resenha** e vamos estudar esse gênero mais adiante.



Agora que fizemos uma revisão sobre o gênero textual Resumo, vamos iniciar o processo de elaboração do seu resumo.

O texto a seguir é referente à publicação de um artigo apresentado em um evento acadêmico, o V CONGRESSO NACIONAL DA EDUCAÇÃO – V CONEDU. Leia com atenção e verifique todos os passos para a produção de um resumo.

The image shows two side-by-side screenshots. The left screenshot is from the V CONEDU website, displaying the article title 'EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL: UMA NARRATIVA HISTÓRICA', author 'Pedro Paulo Ubarana de Souza', and a short abstract. The right screenshot is the title page of the article, featuring the V CONEDU logo, the title, author name, affiliation 'Universidade Potiguar', and a detailed abstract.

Fonte: site do evento V CONEDU (2018)

EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL: UMA NARRATIVA HISTÓRICA¹

Pedro Paulo Ubarana de Souza

Introdução

Para analisarmos a história da educação de Surdos no Brasil, primeiramente devemos resgatar historicamente, desde a Grécia antiga, como os surdos eram vistos perante a sociedade. Aristóteles, no século IV A.C já falava sobre a impossibilidade de surdos serem considerados humanos, pelo fato de não utilizarem linguagem oral (MOURA, 2000). Essa foi uma ideia perpetuada na Europa durante 20 séculos.

Somente no século XVI, dá-se início à tentativa de educar surdos. Os pioneiros nessa iniciativa foram nomes como Pedro Ponce de León, John Bulwer e Juan Pablo Bonet. Mas apenas após mais dois séculos que um religioso francês, Michel de L'Épé, cria um método de ensino as pessoas surdas de Paris, dando início à prática do gestualismo.

¹ Disponível em:

https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD1_SA3_ID9436_09092018120254.pdf. Acesso em 05 set 2023.

No Brasil, alguns anos depois, surge o Instituto Imperial de Surdos-Mudos (atual Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES), fundado no ano de 1857 por D. Pedro II. Esse instituto foi referência em toda a América Latina, recebendo pessoas surdas de famílias abastadas de todo o continente. De um ex-aluno desse instituto que surgiu o primeiro livro sobre a língua de sinais brasileira, o: “Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos”.

Infelizmente, poucos anos depois, em 1880, acontece o Congresso de Milão, onde somente pessoas ouvintes votaram e retiraram o direito dos surdos de se comunicarem através de línguas de sinais, causando um atraso de 100 anos no estudo e desenvolvimento dessas línguas.

Apenas um século depois é que estudos organizados principalmente por William Stokoe, da Universidade Gallaudet (EUA), são apresentados e volta-se a trabalhar a perspectiva do Surdo se comunicar através de línguas de sinais.

No Brasil, após a constituição de 1988, a ideia de inclusão escolar começa a tomar forma. Eventos como a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizado em Jomtein/Tailândia em 1990, e a declaração de Salamanca, em 1994, são grandes influenciadores para as criações de leis de educação inclusiva, que resultaram nas leis mais importantes para a comunidade Surda brasileira: a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, sancionada pelo até então presidente Fernando Henrique Cardoso e regulamentada pelo decreto 5626/2005 pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Elas foram responsáveis por trazer diversos avanços legislativos para a construção de uma educação que respeite as diferenças da pessoa Surda e que dê autonomia para que ela utilize seu idioma natural no Brasil – a Libras.

(texto adaptado)

Verifique um exemplo de atividade que mostra as etapas para a elaboração do resumo.

1. Preenchimento do quadro com as principais informações sobre o texto.

Título do texto	EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL: UMA NARRATIVA HISTÓRICA
Assunto	História da educação de surdos no Brasil
Autor	Pedro Paulo Ubarana de Souza
Onde publicou	https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD1_SA3_ID9436_09092018120254.pdf
Quando publicou	Em 17 de outubro de 2018.

2. No quadro a seguir, a coluna da esquerda apresenta o parágrafo do texto (parte do texto original) e a coluna da direita mostra a informação resumida (resumo das ideias principais). Veja:

Partes do texto original	Resumo das ideias principais
<p>Para analisarmos a história da educação de Surdos no Brasil, primeiramente devemos resgatar historicamente, desde a Grécia antiga, como os surdos eram vistos perante a sociedade. <u>Aristóteles, no século IV A.C já falava sobre a impossibilidade de surdos serem considerados humanos, pelo fato de não utilizarem linguagem oral (MOURA, 2000). Essa foi uma ideia perpetuada na Europa durante 20 séculos.</u></p>	<p>A história da educação de surdos mostra como os surdos eram vistos na sociedade. Aristóteles considerava que os surdos não poderiam ser considerados humanos, porque não usavam a linguagem oral. Essa ideia durou 200 anos. (20 séculos = 200 anos)</p>
<p><u>Somente no século XVI, dá-se início à tentativa de educar surdos. Os pioneiros nessa iniciativa foram nomes como Pedro Ponce de León, John Bulwer e Juan Pablo Bonet. Mas apenas após mais dois séculos que um religioso francês, Michel de L'Epé, cria um método de ensino as pessoas surdas de Paris, dando início à prática do gestualismo.</u></p>	<p>No século XVI, começou a educação de surdos com Pedro Ponce de Leon, John Bulwer e Juan Pablo Bonet. No século XVIII (após dois séculos), o religioso francês Michel L'Epé criou um método de ensino para surdos em Paris. Iniciou a prática do gestualismo.</p>
<p>No Brasil, alguns anos depois, surge o <u>Instituto Imperial de Surdos-Mudos (atual Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES), fundado no ano de 1857 por D. Pedro II. Esse instituto foi referência em toda a América Latina, recebendo pessoas surdas de famílias abastadas de todo o continente. De um ex-aluno desse instituto que surgiu o primeiro livro sobre a língua de sinais brasileira, o: "Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos".</u></p>	<p>No Brasil, o Instituto Imperial de Surdos-Mudos (atualmente chamado Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES) foi fundado em 1857 por D. Pedro II. O INES foi referência em toda a América Latina.</p>
<p><u>Infelizmente, poucos anos depois, em 1880, acontece o Congresso de Milão, onde somente pessoas ouvintes votaram e retiraram o direito dos surdos de se comunicarem através de línguas de sinais, causando um atraso de 100 anos no estudo e desenvolvimento dessas línguas.</u></p>	<p>Em 1880, no Congresso de Milão, pessoas ouvintes votaram e retiraram o direito de pessoas surdas de se comunicarem em língua de sinais. Foi um atraso de 100 anos no desenvolvimento das línguas de sinais.</p>
<p><u>Apenas um século depois é que estudos organizados principalmente por William Stokoe, da Universidade Gallaudet (EUA), são apresentados e volta-se a trabalhar a perspectiva do Surdo se comunicar através de línguas de sinais.</u></p>	<p>No século XIX, William Stokoe, da Universidade de Gallaudet (EUA) pesquisou e divulgou estudos sobre a perspectiva bilíngue, em que os surdos poderiam se comunicar em línguas de sinais.</p>
<p>No Brasil, após a constituição de <u>1988</u>, a</p>	<p>No Brasil, após 1988, a ideia de inclusão tomou</p>

<p><u>ideia de inclusão escolar começa a tomar forma. Eventos como a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizado em Jomteim/Tailândia em 1990, e a declaração de Salamanca, em 1994, são grandes influenciadores para as criações de leis de educação inclusiva, que resultaram nas leis mais importantes para a comunidade Surda brasileira: a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, sancionada pelo até então presidente Fernando Henrique Cardoso e regulamentada pelo decreto 5626/2005 pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Elas foram responsáveis por trazer diversos avanços legislativos para a construção de uma educação que respeite as diferenças da pessoa Surda e que dê autonomia para que ela utilize seu idioma natural no Brasil – a Libras.</u> (texto adaptado)</p>	<p>forma. A Conferência de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) influenciaram a criação de leis para a educação inclusiva.</p> <p>A Lei 10.436/2002 foi regulamentada pelo Decreto 5626/2005 e esses documentos trouxeram avanços para a educação de surdos, respeitando as diferenças da pessoa surda e o uso de sua língua – a Libras.</p>
--	---

3. Abaixo, os resumos relativos aos parágrafos. Observe que só se mantêm a ideia principal.

<p>A história da educação de surdos mostra como os surdos eram vistos na sociedade. Aristóteles considerava que os surdos não poderiam ser considerados humanos, porque não usavam a linguagem oral. Essa ideia durou 200 anos. (20 séculos = 200 anos)</p>
<p>No século XVI, começou a educação de surdos com Pedro Ponce de Leon, John Bulwer e Juan Pablo Bonet. No século XVIII (após dois séculos), o religioso francês Michel L’Epé criou um método de ensino para surdos em Paris. Iniciou a prática do gestualismo.</p>
<p>No Brasil, o Instituto Imperial de Surdos-Mudos (atualmente chamado Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES) foi fundado em 1857 por D. Pedro II. O INES foi referência em toda a América Latina.</p>
<p>Em 1880, no Congresso de Milão, pessoas ouvintes votaram e retiraram o direito de pessoas surdas de se comunicarem em língua de sinais. Foi um atraso de 100 anos no desenvolvimento das línguas de sinais.</p>
<p>No século XIX, William Stokoe, da Universidade de Gallaudet (EUA) pesquisou e divulgou estudos sobre a perspectiva bilíngue, em que os surdos poderiam se comunicar em línguas de sinais.</p>
<p>No Brasil, após 1988, a ideia de inclusão tomou forma. A Conferência de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) influenciaram a criação de leis para a educação inclusiva.</p>
<p>A Lei 10.436/2002 foi regulamentada pelo Decreto 5626/2005 e esses documentos trouxeram</p>

avanços para a educação de surdos, respeitando as diferenças da pessoa surda e o uso de sua língua – a Libras.

4. Agora, veja o texto resumido, após a versão corrigida e revisada.

Resumo do texto

O resumo refere-se ao artigo escrito por Pedro Paulo Ubarana de Souza e publicado no dia 18 de setembro de 2018, no site. O assunto principal é sobre a história da educação de surdos no Brasil e o título é EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL: UMA NARRATIVA HISTÓRICA.

De acordo com Pedro Paulo de Souza, Aristóteles considerava que os surdos não poderiam ser considerados humanos, porque não usavam a linguagem oral. Essa ideia durou 200 anos.

No século XVI, deu-se o início da educação de surdos com Pedro Ponce de Leon, John Bulwer e Juan Pablo Bonet. No século XVIII, o religioso francês Michel L'Epé criou um método de ensino para surdos em Paris e iniciou-se a prática do gestualismo.

No Brasil, o Instituto Imperial de Surdos-Mudos (atualmente chamado Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES) foi fundado em 1857 por D. Pedro II e foi referência em toda a América Latina.

Em 1880, no Congresso de Milão, pessoas ouvintes votaram e retiraram o direito de pessoas surdas de se comunicarem em língua de sinais. Esse acontecimento possibilitou um atraso de 100 anos no desenvolvimento das línguas de sinais. No século XIX, William Stokoe, da Universidade de Gallaudet (EUA) pesquisou e divulgou estudos sobre a perspectiva bilíngue, em que os surdos poderiam se comunicar em línguas de sinais.

No Brasil, após 1988, a ideia de inclusão tomou forma. A Conferência de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) influenciaram a criação de leis para a educação inclusiva. A Lei 10.436/2002 foi regulamentada pelo Decreto 5626/2005 e esses documentos trouxeram avanços para a educação de surdos, respeitando as diferenças da pessoa surda e o uso de sua língua – a Libras.

Agora, é a sua vez!!!

Vamos às atividades?